



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>**PARECER nº 63 / 2022 - PRE/DG/ASSED**

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para aquisição de materiais de acondicionamento e embalagem, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 39/2022 (documento n.º 1995268).
2. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme registrado na decisão que autorizou a abertura da licitação (documento n.º 1990363).
3. Registra-se, ainda, designação de Pregoeiro e equipe de apoio, nomeados por meio da Portaria 45/2020 (documentos n.ºs 1991613 e 1995287).
4. O edital foi publicado no sistema Portal de Compras e no DOU (documentos n.ºs 1995295 e 1995303).
5. Foi formulado pedido de esclarecimento por interessada na contratação, o qual foi devidamente respondido e publicado (documento n.º 2000329).
6. Aberta a sessão, após análise preliminar das propostas comerciais apresentadas, deu-se início à fase competitiva, ofertando-se aos participantes a possibilidade de fornecimento de lances sucessivos para, sequencialmente, verificar a conformidade dos produtos ofertados.
7. A licitação restou fracassada para o **item 16**, por desatendimento aos requisitos do edital.
8. Examinados os documentos de habilitação, sagraram-se vencedoras as empresas relacionadas no Relatório Resultado por Fornecedor (documento n.º 2019961).

8.1. Quanto à indicação de 'Ocorrências Impeditiva Indiretas' relacionadas à empresa **SÃO MATEUS INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS EIRELI**, vencedora do item 8 deste pregão, a Pregoeira diligenciou a empresa, que apresentou a documentação constante do documento n.º 2019946, fls. 16 a 31.

8.2 Assim, a Pregoeira se manifestou em relatório final acostado em documento n.º 2025592, conforme trecho abaixo transcrito:

“Conforme esclarecido pela empresa SAO MATEUS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI, o sócio da empresa CARTONAGEM PERIMETRAL IND. E COM. EIRELI, hoje dono da SAO MATEUS INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS, retirou-se da sociedade em 13/12/2019, data anterior às aplicações das sanções de impedimento de licitar, ainda vigentes. **As penalidades aplicadas à empresa CARTONAGEM PERIMETRAL IND. E COM. EIRELI são posteriores à sua saída da empresa. Assim, as ocorrências impeditivas indiretas constantes do SICAF não a atingem. Donde se conclui que a criação da empresa SAO MATEUS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI, ocorrida em 25 de novembro de 2019, não possui indícios de tentar burlar a Administração Pública e a Legislação Licitatória vigente.**” (grifo nosso)

8.3 Assim, constata-se que a Pregoeira agiu regularmente, procedendo à devida diligência para esclarecer a ocorrência identificada, documento n.º 2019946, fl. 3.

9. Finalizada a etapa competitiva, a Pregoeira procedeu à negociação de preços, conforme tópico 9.1, do edital (documento n.º 1995268).

10. Em concordância com a análise realizada pela Pregoeira, verifica-se que as ocorrências registradas no SICAF não são impeditivas de participação das empresas no certame.

11. Aberto o prazo, foi interposto recurso, para os itens 17 e 18, e correspondentes contrarrazões foram apresentadas conforme documentos n.ºs 2022220, 2022221, 2022231, 2022234.

12. Vindo os autos para análise de regularidade do certame, ouviu-se a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos da Diretoria-Geral (ASJUR), que opinou pelo não-acolhimento do recurso (documento n.º 2026698), mantendo a decisão da Pregoeira (documento n.º 2025524).

13. Assim sendo, constata-se a regularidade do procedimento, que se encontra apto à decisão pelo não acolhimento do recurso apresentado para os itens 17 e 18, **adjudicação** dos mencionados itens e **homologação** da licitação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração, ato contínuo, adotar as providências para celebração do ajuste com as empresas vencedoras, em relação aos **itens 1 a 15, 17 e 18**, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/02, e arts. 13, VI e VII, e 48 do Decreto n.º 10.024/2019, bem como declarar fracassado o **item 16**, de acordo com a Ata de Realização do Pregão Eletrônico, Relatório Resultado por Fornecedor e Relatório Final do Pregão (documentos n.ºs 2019929, 2019961, 2025592 e 2036470).

14. Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos-Lei 8666/93.

À consideração superior.

**Cintia Mont'Alverne**

Técnico Judiciário

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

**RONILDO DANTAS**

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 08/08/2022, às 16:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cintia Alencar Mont'alverne Mattos, Técnico Judiciário**, em 08/08/2022, às 17:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2037810** e o código CRC **B93092ED**.